



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0012979-91.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
Requerente: **João Roberto Rosa**
Requerido: **Delegado de Polícia Diretor da 26ª Ciretran de São Carlos Estado de São Paulo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **JOÃO ROBERTO ROSA** contra ato do **DELEGADO DE POLÍCIA E DIRETOR DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS**, figurando como ente público interessado a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**.

Aduz o impetrante que ao tentar renovar seu documento de habilitação foi informado que o sistema estaria bloqueado por ato da autoridade coatora, tendo sido penalizado antecipadamente, sem que tivesse ocorrido o trânsito e julgado na esfera administrativa, com violação ao contraditório.

Liminar concedida em fls. 22/vº.

O ente público interessado, **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, requereu sua admissão como assistente litisconsorcial (fl. 26).

A autoridade coatora prestou informações em fls. 34/35, dizendo que o impetrante cometeu infrações de trânsito que geraram a instauração de Procedimento Administrativo. Sendo assim, o próprio sistema PRODESP providencia o bloqueio no prontuário, impedindo a renovação da Carteira de Habilitação. Alega que é parte ilegítima. Afirma ter decidido pela suspensão da CNH do impetrante por um mês, com base na revelia, já que, mesmo sendo notificado, não apresentou defesa no prazo legal. Finaliza



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

dizendo que deu cumprimento à liminar.

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fl. 42).

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo postulou pela denegação da segurança (fl. 46).

É o relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Em primeiro lugar, fica afastada a alegação de ilegitimidade passiva, pois, se o bloqueio do prontuário decorreu de programação automática do sistema, remanesce competência da autoridade coatora para reverter seus efeitos, tanto que a liminar foi cumprida por ela.

No mais, inviável o acolhimento do mandado de segurança.

O esgotamento da via administrativa não pode significar a protelação das medidas em tese cabíveis.

Sabe-se que, no que concerne às penalidades de trânsito, existem três níveis administrativos: a) delegado de trânsito; b) JARI; c) CETRAN. Há prazos, como em qualquer procedimento administrativo, que devem ser obedecidos. Não é porque o interessado peticiona de maneira avulsa perante um desses órgãos que o cumprimento da penalidade fica automaticamente obstado. Nessa lógica, nenhuma penalidade seria cumprida, pois a parte sempre poderia peticionar e, assim, retardar “*ad eternum*” a punição.

No caso em apreço, o impetrante não apresentou nenhum recurso contra as penalidades.

Por outro lado, informa a autoridade coatora que ele foi notificado quanto ao bloqueio de sua habilitação e isso vem confirmado pelo documento de fls. 40, mas não apresentou defesa no prazo legal, somente vindo a fazê-lo quando tentou renovar a sua CNH.

Embora a jurisprudência seja pacífica no sentido de que a pendência de recurso administrativo, nos casos de suspensão do direito de dirigir, impede qualquer restrição no prontuário do infrator, tal argumento não se aplica à hipótese dos autos, pois a defesa apresentada é intempestiva.

Não há evidência nos autos de que o impetrante não tenha tomado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

ciência do ato administrativo.

Ademais, cabe ao proprietário do veículo manter o endereço constante do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos atualizado.

Assim, foram preenchidos todos os requisitos legais para a validade do ato administrativo praticado, em relação ao qual prevalece a presunção de legitimidade.

Desta forma, o impetrante não possui direito líquido e certo.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação e **DENEGO** a segurança, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC.

Custas pelo impetrante.

Revogo a liminar. Dê-se ciência à autoridade coatora.

Como consequência do aqui decidido, o impetrado deve entregar a sua CNH na CIRETRAN.

Inexiste condenação em verba honorária, nos termos do artigo 25 da Lei 12.016/09.

P.R.Int.

São Carlos, 25 de outubro de 2013.